



# JORNAL DA USP



Home > Atualidades > [Mineração em terras indígenas pode ampliar áreas de desmatamento](#)

Atualidades - 21/09/2020

## Mineração em terras indígenas pode ampliar áreas de desmatamento

*Pesquisadores identificam que a aprovação do projeto de lei 191/2020 pode causar impacto na produção de matérias-primas, alimentos e regulação climática*

Editorias: [Atualidades](#), [Jornal da USP no Ar](#), [Rádio USP](#) - URL Curta: [jornal.usp.br/?p=355858](http://jornal.usp.br/?p=355858)



00:26

12:07

[download do áudio](#)

Rádio USP OUÇA AQUI EM TEMPO REAL

No *Jornal da USP no Ar* de hoje (21), a conversa foi com Juliana Siqueira Gay, doutoranda da Escola Politécnica (Poli) da USP e autora do [estudo](#) publicado na revista *One Earth*, que avalia os impactos da mineração em terras indígenas da Amazônia. O assunto está sendo discutido no Congresso Nacional com o [Projeto de Lei 191/2020](#), que estabelece as condições para a realização da pesquisa e da lavra de recursos minerais em terras indígenas.

A pesquisa utiliza dados geográficos do Serviço Geológico do Brasil para investigar o local dos depósitos minerais e avalia os impactos do desmatamento na região. Para a investigação, foram considerados dois limites: uma área de 10 km no entorno dos depósitos minerais e uma de 70 km. A partir de dois cenários (um com implementação da política e outro sem), os pesquisadores conseguiram identificar que o desmatamento poderia chegar a ser 20% maior na área em que a política fosse implementada. “No total, considerando o limite maior, 864 mil km<sup>2</sup> de floresta [seriam impactados]. Essa área seria correspondente a um prejuízo de US\$ 5 bilhões anualmente em produção de matérias-primas, alimentos e regulação do clima, então, representa bastante em termos econômicos para o Brasil e para o mundo.”

Para analisar a perda de valorização monetária decorrente da mineração em terras indígenas, a pesquisa baseou-se em quatro benefícios, chamados de serviços ecossistêmicos: dois relacionados à produção de alimentos e matérias-primas como castanha, borracha e madeira (serviços cujos beneficiários são as próprias comunidades indígenas e todo o comércio e trocas locais) e outros dois que estão relacionados a beneficiários regionais e globais, como a mitigação de gás de efeito estufa e regulação climática. “O objetivo da valorização não é reduzir a um número monetário, mas é trazer uma ordem de grandeza, dado que, no PL, fala-se sobre uma possível compensação financeira pela mineração dessas terras. Então, como uma limitação do estudo, nós não conseguimos valorar absolutamente todos os benefícios.”

Juliana compartilha que, hoje, o avanço da mineração em terras indígenas é contido, porém a falta de demarcação de terras abre caminho para propostas de exploração dessas áreas: “Hoje não é possível minerar sem a autorização da Agência Nacional de Mineração (ANM), que está atrelada à demarcação das terras indígenas, então, em algumas vezes, as comunidades já vivem ali, mas pela morosidade do processo ainda não têm a sua terra delimitada”.

Saiba mais ouvindo a entrevista na íntegra.

### Jornal da USP no Ar

[Jornal da USP no Ar](#) é uma parceria da [Rádio USP](#) com a Escola Politécnica, a Faculdade de Medicina e o Instituto de Estudos Avançados. Busca aprofundar temas da atualidade de maior repercussão, além de apresentar pesquisas, grupos de estudos e especialistas da Universidade de São Paulo.

No ar de segunda a sexta-feira, das 7h30 às 9h30, com apresentação de Roxane Ré.

Você pode sintonizar a Rádio USP em São Paulo FM 93.7, em Ribeirão Preto FM 107.9, pela internet em [www.jornal.usp.br](http://www.jornal.usp.br) ou pelo aplicativo no celular.